

Volume 1 | nº.7  
1º Trimestre 2020

# Carta de Conjuntura Econômica

---

*Equipe Responsável*

*Carlos Hernán Rodas Céspedes  
(coord.)*

*André da Silva Redivo*

*Lucélia Ivonete Juliani*

*Patricia Eveline dos Santos Roncato*

*Tanise Brandão Bussmann*

---



**Universidade Federal do Pampa**

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E FISCAL</b>	<b>3</b>
POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL	3
POLÍTICA FISCAL	6
<b>INFLAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>SETOR EXTERNO</b>	<b>15</b>
<b>ATIVIDADE ECONÔMICA: DESEMPENHO DO PIB</b>	<b>19</b>
<b>MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>23</b>

## APRESENTAÇÃO

Esta Carta de Conjuntura é uma iniciativa de um grupo de professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. A Carta tem como objetivo uma forma de integração dos diferentes membros da comunidade acadêmica na discussão sobre a economia nacional e internacional. Também há a intenção de que possa ser um instrumento de aprendizado discente no tratamento e análise de informações econômicas. É um esforço no sentido da criação de um espaço de geração e troca de conhecimento.

Os dados apresentados possuem diferentes fontes, fato observável nas seções da mesma. Por serem de fontes diferentes, as informações apresentadas acabam por apresentar uma periodicidade de publicação distinta. Assim, levando em conta período de publicação da Carta, optou-se por utilizar o dado mais recente de cada área disponível. Além disso, as bases de dados utilizadas muitas vezes podem ser analisadas em recortes menores (além da Nacional, por Estado e/ou Cidades). Sempre que houve a disponibilidade, foram trazidas as informações para estes recortes também.

Neste segundo número a Carta de Conjuntura Econômica para o ano de 2020, faz-se uma análise das condições conjunturais brasileiras para o primeiro trimestre de 2020. Como nos demais números, observam-se as questões de Política Monetária, Cambial e Fiscal, Inflação, Setor Externo, Atividade Econômica (via observação do PIB) e Mercado de Trabalho. As análises incorporadas neste número analisam os primeiros resultados da pandemia de COVID-19 sobre as variáveis de conjuntura apresentadas na carta. Ao longo dos próximos números os efeitos da pandemia serão mais evidentes e também serão incorporados.

O grupo de professores envolvidos na realização deste trabalho aproveita o espaço desta apresentação para convidar a todos os interessados na coleta, tratamento e análise de dados de conjuntura a se juntarem ao nosso esforço.

## POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E FISCAL

---

**Prof. Dr.**  
**André da Silva Redivo**

---

Nesta seção serão apresentados alguns resultados das áreas monetária, cambial e fiscal. Em função das consequências econômicas da pandemia mundial de COVID-19 foram introduzidos novos dados na apresentação das políticas fiscal e monetária, para além daqueles que já estavam sendo apresentados. Esta seção continua sendo dividida em duas, sendo a primeira voltada para discussão das políticas monetária e cambial e a segunda para a política fiscal.

### Política Monetária e Cambial

A queda nas taxas de juros tem se mostrado um fenômeno mundial e é seguido pelo Brasil, principalmente nas taxas que regulam o sistema monetário e que servem de guia para as demais taxas de mercado. A SELIC, taxa de juros que serve de referência para a política monetária vem apresentando queda significativa desde que esta Carta de Conjuntura vem sendo apresentada. Os dados nos mostram que há uma queda constante entre os meses de julho de 2019 a junho de 2020, apresentados na Tabela 1, sendo inclusive esse último resultado o menor da série histórica da taxa. O mesmo movimento pode ser observado para as demais taxas de juros, a exceção da TLP, que será melhor discutida abaixo.

A redução das taxas de juros que servem de referência ao mercado pode resultar num novo cenário que poderá ter impactos significativos no equilíbrio macroeconômico brasileiro. Em uma situação de manutenção de taxas de juros mais baixas, poderão dar novo fôlego para a reestruturação da dívida pública a níveis mais baixos de taxa de juros – desde que o setor público se mostre capaz de pagar a dívida. Além disso, a redução da Selic pode apontar para um equilíbrio macroeconômico com taxas de câmbio mais elevadas. Sabe-se que a taxa já foi utilizada como forma de atração de divisas para o país, sobretudo em momentos de fuga de capitais.

A TJLP era a taxa de referência para os empréstimos realizados pelo BNDES até janeiro de 2018. A sua utilização vinha sendo criticada, principalmente após o Tesouro Nacional passar a ser uma das principais fontes de *funding* do banco, entre 2008 e 2016. A partir da reorientação da política econômica, sobretudo no Governo Temer, ocorre a redução na participação do Tesouro no passivo do BNDES. A justificativa usada para tal movimento era a de que o Tesouro Nacional captava recursos – em suma, dívida pública – a taxas de juros mais elevadas do que a TJLP. Sendo assim, haveria um custo financeiro nesta operação e que não era adequadamente considerada, uma vez que, em última instância, se tratava de um subsídio.

Além da redução da participação do Tesouro Nacional como fonte de recursos do BNDES, a taxa de juros que regula as operações de crédito do banco de desenvolvimento foi alterada. Em 2018 a taxa de referência passa ser a Taxa de Longo Prazo (TLP). Esta é uma composição do IPCA com uma parcela fixa de juros chamada de TLP-Pré. A base de cálculo da TLP-Pré é composta pela média de três meses da taxa de juro real do título NTN-B, que possui prazo de cinco anos. O objetivo de usar a NTN-B é atrelar a TLP com os juros de longo prazo da economia brasileira, medido por aquele título público. O valor mensal da TLP-Pré é divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Entretanto, com crise econômica provocada pela COVID-19, as taxas de juros de longo prazo da economia brasileira, medidas pela NTN-B subiram. Como

pode ser visto na Tabela 1, os valores da TLP (que tem como referência a NTN-B) caíram entre julho de 2019 e janeiro de 2020, indicando uma redução nas taxas do BNDES e, portanto, uma redução no custo financeiro de investir. Entretanto, a partir de fevereiro de 2020, quando já se esperava que a crise pandêmica afetaria a economia brasileira, as taxas de juros de longo prazo passam a subir. Esse movimento dos juros de longo prazo pode ser atribuído ao aumento da incerteza sobre a capacidade de pagamento da dívida pública – uma vez que a situação fiscal já era preocupante, com elevação da relação dívida/PIB – frente a necessidade de aumento de gastos públicos para enfrentamento da COVID-19. Ainda, as debilidades do Teto de Gastos começam a ficar evidentes e é possível que o mercado já esteja precificando a sua ruptura. Salienta-se que a política fiscal, antes de tudo, deve ser crível. Provavelmente, no(s) próximo(s) ano(s) veremos que o Teto de Gastos, apesar de ter como intenção criar um cenário de controle das despesas públicas, não foi factível.

Sabemos que há uma carência por investimentos produtivos no Brasil, fato que vem sendo mais explícito após a deterioração econômica iniciada em 2014/15. Em um cenário onde há queda do investimento, seria mais adequado que um Banco Público de Desenvolvimento, como é o BNDES, pudesse ter formas de impulsionar o investimento privado através de suas operações. Entretanto, com o encarecimento das taxas de juros cobradas pela instituição, após a mudança para a TLP, o banco deixa de ter a capacidade antes existente. Neste sentido, passam a ocorrer discussões para mudança do cálculo da TLP, passando a incorporar a taxa média das operações com títulos públicos, e não apenas a NTN-B (GIAMBIAGI, 2020).

Tabela 1 – Taxas de juros nominais, julho de 2019 a junho de 2020

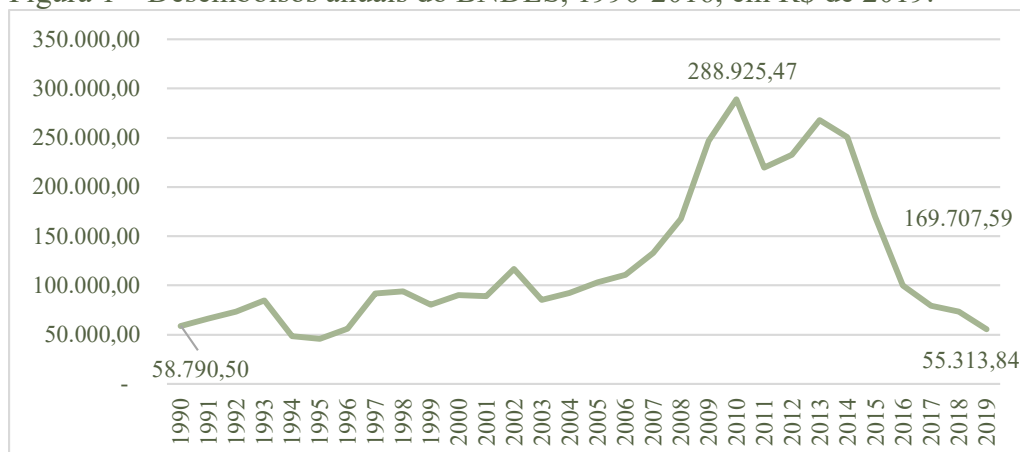
Data	TJLP - % a.a.	Selic % a.a	CDI % a.a	TLP - % a.a.
jul/19	5,95	6,40	6,40	3,83
ago/19	5,95	5,90	5,90	3,41
set/19	5,95	5,71	5,71	3,08
out/19	5,57	5,38	5,38	2,90
nov/19	5,57	4,90	4,90	2,72
dez/19	5,57	4,59	4,59	2,54
jan/20	5,09	4,4	4,40	2,40
fev/20	5,09	4,19	4,19	2,42
mar/20	5,09	3,95	3,95	2,47
abr/20	4,94	3,65	3,65	2,67
mai/20	4,94	3,01	3,01	2,86
jun/20	4,94	2,90	2,90	3,05

Fonte: Banco Central do Brasil.

Na Tabela 2 apresentamos a estrutura de crédito para o período de maio de 2019 a abril de 2020. Podemos observar que há a manutenção de duas tendências apontadas em outras edições da carta. A primeira delas é o aumento da participação do crédito livre no total do crédito no país, como proporção do PIB, e consequente diminuição do crédito direcionado. Esta redução guarda relação com a redução dos empréstimos realizados pelo BNDES, principalmente após 2015. A Figura 1 nos ajuda a compreender este fato. A preços de 2019, os valores que são desembolsados pelo BNDES foram inferiores aos realizados em 1990. Entre 2010, valor mais alto apresentado na série histórica (R\$ 289 bilhões, aproximadamente), e 2019 (R\$ 55 bilhões) temos uma redução no crédito público superior a R\$ 230 bilhões. Esta redução está associada a mudança de concepção da política de crédito após 2015. Juntos, portanto, temos a redução do crédito público, a redução da participação do Tesouro Nacional no *funding*

do BNDES e a mudança na taxa de juros para os empréstimos realizado pelo Banco de Desenvolvimento.

Figura 1 – Desembolsos anuais do BNDES, 1990-2016, em R\$ de 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de BNDES (2019).

A segunda tendência que se mantém é a redução das taxas de juros relacionadas ao crédito livre, mas que também é observada para o crédito direcionado. Este movimento é compatível com aquele observado anteriormente, das taxas de referência, como a SELIC. Também se mantém o aumento nos prazos médios das operações, tanto para crédito livre, quanto para direcionado. Entretanto, há uma mudança de comportamento na variável de inadimplência, a partir de março de 2020. Nela, possivelmente, são captados os efeitos da pandemia sobre a capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento das operações de crédito.

Dado que vem sendo exposto até aqui, entendemos que há um cenário ruim para a retomada dos investimentos. O primeiro ponto que se chama a atenção é o aumento das taxas de juros cobradas pelo BNDES, num contexto em que as taxas de juros da dívida pública são declinantes. O segundo movimento para qual chamamos atenção é a redução do total dos desembolsos realizados pelo BNDES, que impacta na redução do crédito direcionado. Parece haver, na condução da política de crédito do banco, a oscilação entre dois excessos: de um lado, a expansão e de outro a retração. Os resultados para o investimento e para o crescimento econômico são conhecidos nas duas situações. Ou seja, em nenhuma das duas situações há expansão ou crescimento.

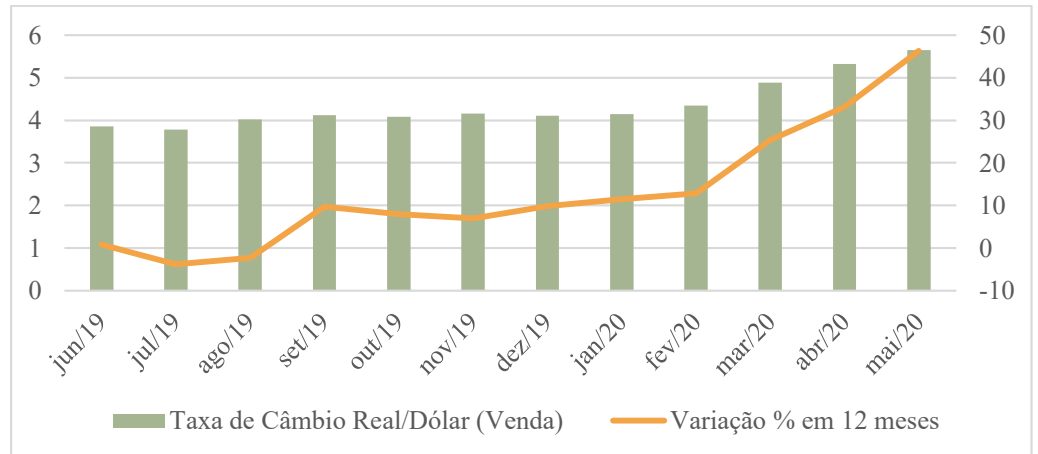
Tabela 2 – Crédito: Proporção do PIB, Taxa média de juros, prazo médio das concessões e inadimplência maio de 2019 a maio de 2020

Data	% PIB		Juros Médios (% a.a.)		Prazo médio (m)		Inadimplência (%)	
	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado
mai/19	25,80	20,97	37,89	8,46	40,37	193,47	3,86	2,04
jun/19	26,10	20,74	37,64	8,23	40,66	203,93	3,83	1,8
jul/19	25,99	20,51	37,4	8,05	40,63	194,73	3,96	1,87
ago/19	26,31	20,54	37,22	8,36	41,31	197,87	3,89	1,95
set/19	26,61	20,47	36,06	7,95	40,86	202,89	3,9	1,95
out/19	26,62	20,4	35,25	7,69	42,43	204,94	3,89	1,91
nov/19	27,03	20,36	35,55	7,42	43,14	200,95	3,85	1,88
dez/19	27,75	20,18	33,35	7,69	42,11	201,45	3,7	1,86
jan/20	27,51	20,12	33,73	8,18	40,88	196,19	3,77	1,92
fev/20	27,66	20,05	34,16	7,60	41,53	199,28	3,81	1,94
mar/20	28,78	20,11	33,29	7,52	40,06	199,00	3,85	2,19
abr/20	28,78	20,38	31,27	7,30	40,17	203,29	3,99	2,26

Fonte: Banco Central do Brasil.

Por fim, nesta subseção, temos a variável taxa de câmbio. Na Figura 2 podemos observar que a desvalorização do real frente ao dólar se acentua em 2020, principalmente a partir de fevereiro de 2020. Este movimento de desvalorização cambial já vinha sendo observado desde as primeiras edições da Carta de Conjunta. Entretanto, a tendência se acentua com o aumento da incerteza e a fuga de investidores.

Figura 2 – Taxa de câmbio Real/Dólar (venda), média do período, e variação em 12 meses, junho de 2019 a maio de 2020



Fonte: Banco Central do Brasil.

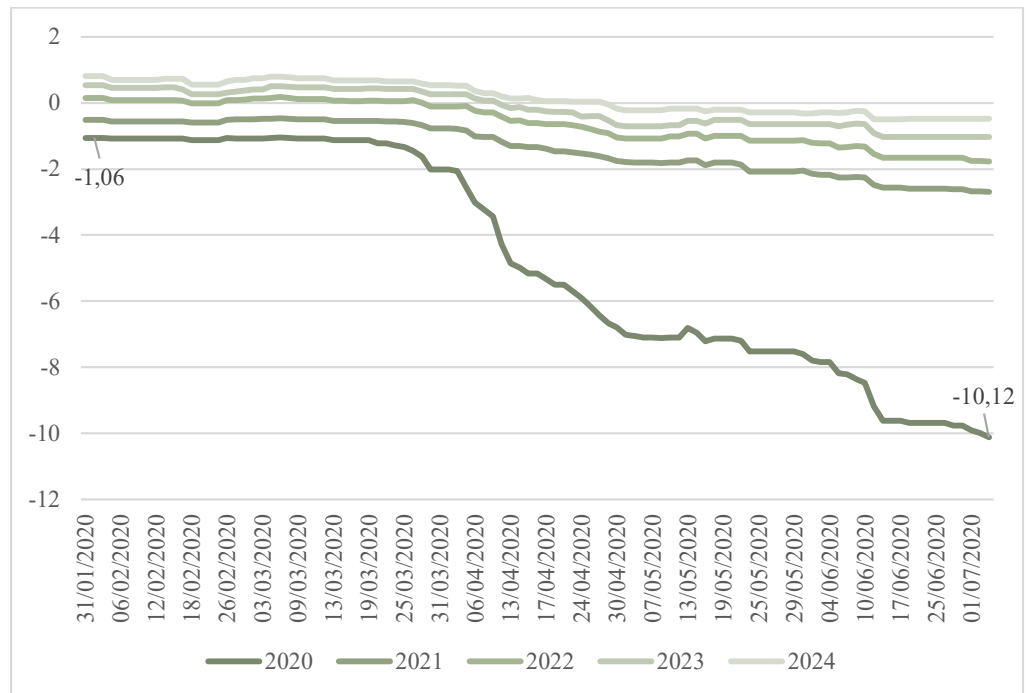
## Política Fiscal

Nas edições anteriores da carta de conjuntura vem sendo destacado a dificuldade da situação fiscal do país. A tendência de desequilíbrio entre receitas e despesa tem sido uma constante desde 2014/15 e se acentuou com a crise da COVID-19. Na Figura 3 podemos observar as projeções do mercado, apresentadas no Relatório Focus, do Banco Central, a respeito do resultado primário para os anos de 2020 a 2024. No primeiro relatório de 2020, publicado em 06/01/2020, havia uma expectativa de que o déficit primário seria de -1,06% em 2020; e também se apontava a expectativa de que a partir de 2022 haveria superávit primário. Entretanto, podemos observar a deterioração das expectativas do mercado para o resultado primário, chegando a um déficit esperado de -10,12% em 2020 e não havendo mais expectativa de superávit primário entre os anos de 2020 e 2024.

O resultado apresentado é compatível com a situação econômica derivada da crise do COVID-19. Haverá, ao mesmo tempo, redução das receitas públicas, com o aumento das despesas. No campo das receitas, é esperado uma redução da arrecadação tributária e também previdenciária, esta resultante do aumento do desemprego. Pelo lado das despesas, a necessária adoção de políticas de manutenção de renda, como o Auxílio Emergencial, impacta no aumento das despesas primárias. Cabe destacar, como feito na Carta de Conjuntura que tratou do último trimestre do ano de 2019, que não há dicotomia entre saúde e economia. O aumento do gasto público é uma necessidade frente a calamidade pública provocada por um evento exógeno e que impõe penalidades a população, sobretudo à mais vulnerável. Ainda, o movimento observado nas despesas públicas brasileiras, e consequentemente no resultado primário, também é visto mundialmente. Ou seja, é parte do papel do governo central

acomodar o choque econômico com políticas de manutenção de renda e emprego para a população.

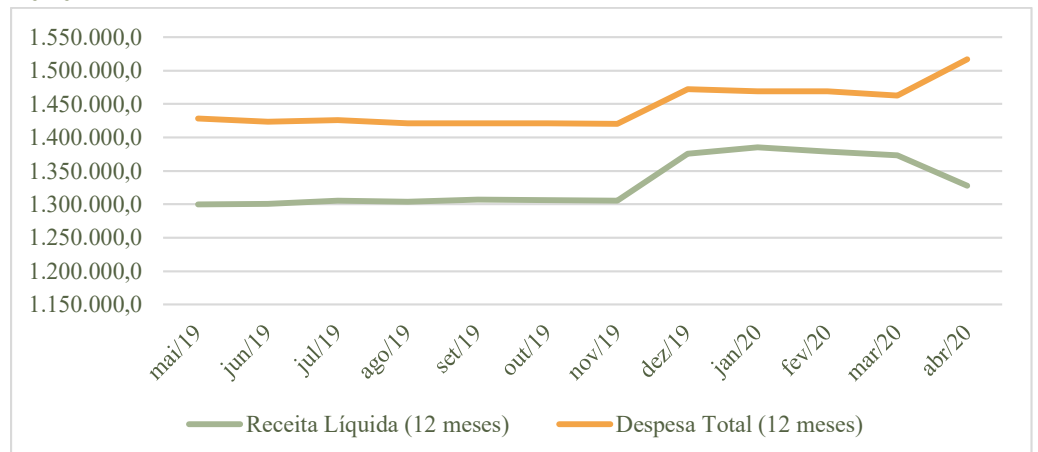
Figura 3 - Fiscal - Resultado Primário - % do PIB - Média - Anual - Período de 06/01/2020 a 03/07/2020 para 2020 a 2024



Fonte: Relatório Focus, Banco Central do Brasil.

O movimento acima descrito pode ser observado na Figura 4, que compara receitas líquida e despesa total do governo central. Há uma redução das receitas líquida, que desconta transferências, e aumento das despesas totais. Esse movimento tem influência nas expectativas de mercado sobre o resultado primário, como visto anteriormente. Entendemos que este resultado tende a permanecer por mais tempo, sobretudo pela necessidade de se executar políticas públicas que incorram no aumento do gasto público. Ao mesmo tempo, também é esperado que o debate a respeito da despesa pública, muito forte em 2019, volte à tona no país quando a pandemia for superada.

Figura 4 – Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, maio de 2019 a abril de 2020, a preços de janeiro de 2020

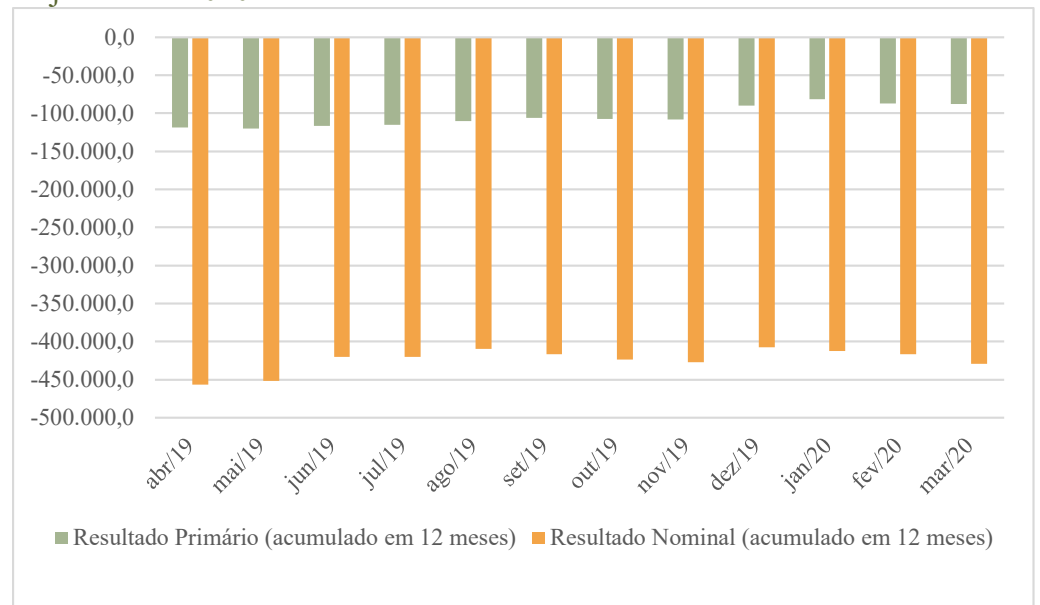


Fonte: Tesouro Nacional.

O debate que virá tenderá a seguir o seguinte caminho: de um lado, analistas que defenderão o aumento do gasto público, sobretudo em programas de renda mínima e investimento público, dada a deterioração econômica e perda de renda provocada pela pandemia; do outro lado, analistas que defenderão a retomada de uma agenda econômica de reformas, com vistas a uma consolidação fiscal mais rápida, com eliminação do déficit primário. Este segundo grupo provavelmente se dividirá em dois: o primeiro que defenderá que a redução de gastos públicos é necessária para fazer frente ao aumento de gastos em áreas sociais, onde também destacamos os programas de renda mínima; e o segundo que defenderá a necessidade de políticas de redução de gasto público e consolidação fiscal, e que isso resultará em aumento do investimento privado, do nível de emprego e renda.

Na Figura 5 já pode se perceber o impacto do aumento do déficit fiscal sobre o acumulado em 12 meses dos resultados primários. O resultado primário vinha apresentando melhoras, como pode ser observado, desde 2019. Porém, o resultado de março e abril de 2020 já apresentam uma leve reversão da tendência, que aumentará na medida em que os resultados de 2020 forem incorporados no acumulado do ano. Mais uma vez, ressalta-se que é um resultado esperado, não sendo justificado a manutenção de políticas de ajuste fiscal no cenário atual.

Figura 5 – Resultado Nominal e Resultado Primário do Governo Central, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, de maio de 2019 a abril de 2019, preços de janeiro de 2020

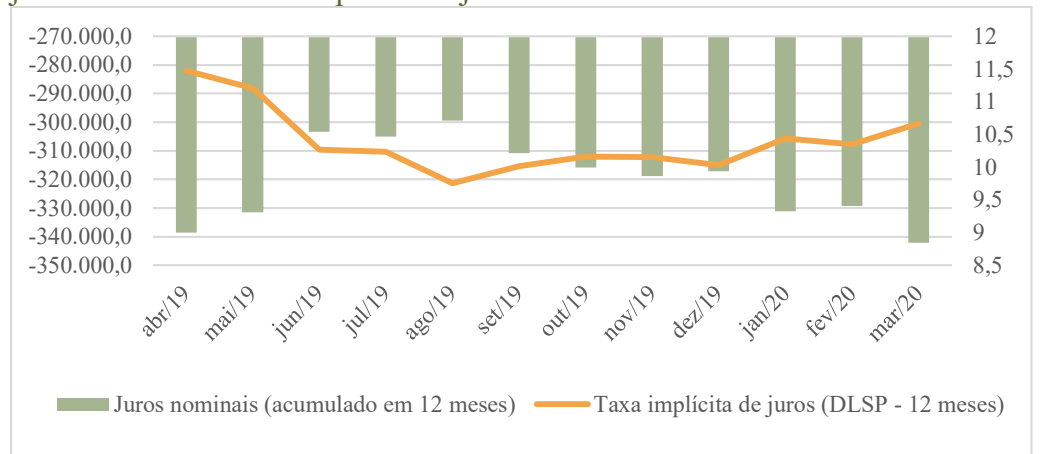


Fonte: Tesouro Nacional.

Com relação a taxa implícita de juros e ao total de juros pagos pela dívida pública, variáveis apresentadas na Figura 6, observa-se a tendência de aumento de ambas. Entretanto, dado a expansão da dívida pública, como consequência do déficit primário, o resultado precisa ser ponderado. Frente a uma situação de calamidade pública, chama a atenção para a manutenção de um patamar de juros próximo aos 10%. A título de exemplo, em janeiro de 2016, num contexto de crise política e econômica, a taxa implícita de juros chegou a 31,9%. É possível que o resultado se deteriore ao longo de 2020, dado a necessidade de aumento das despesas primárias para combater os efeitos sanitários e econômicos da pandemia de COVID-19.



Figura 6 – Juros nominais pagos pelo Tesouro Nacional, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, janeiro de 2019 a dezembro de 2019, a preços de janeiro de 2020 e taxa implícita de juros a.a. %



Fonte: Tesouro Nacional para Juros Nominais e Banco Central para Taxa Implícita.

## INFLAÇÃO

---

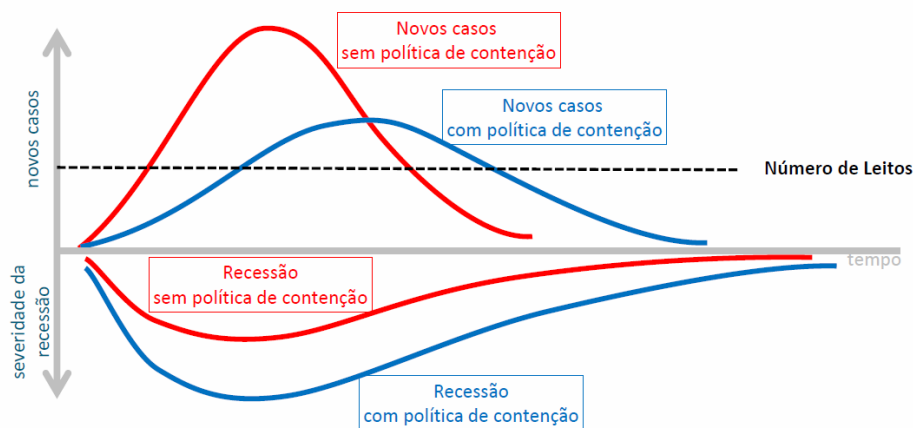
**Prof. Dra.  
Lucélia Ivonete  
Juliani**

---

O Brasil, um pouco mais tarde do que aconteceu no resto do mundo, vem sofrendo as consequências da pandemia de COVID-19, desde março de 2020, quando o distanciamento social foi recomendado à população. Desde então, parte das atividades econômicas não essenciais foram interrompidas, serviços essenciais foram mantidos com restrições, hospitais começaram a ser equipados com respiradores e hospitais de campanha foram construídos.

A vida da população brasileira, assim como a da população mundial, mudou drasticamente em questão de dias, as incertezas quanto ao futuro se acirraram e, sem perspectiva do fim da pandemia, a economia nacional, bem como a economia mundial, a última impactando na primeira, passou a mergulhar em uma crise profunda. Segundo Relatório Trimestral do Banco Central do Brasil, o tamanho do impacto recessivo terá o mesmo comportamento da curva epidemiológica no sentido inverso, como demonstra a figura a seguir:

Figura 7 - Curva epidemiológica e de recessão –achataro a curva



Fonte: Disponível em:

([https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/APRESRELINF/Apresentacao\\_RI\\_032020.pdf.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/APRESRELINF/Apresentacao_RI_032020.pdf.pdf)). Acesso em 08 de junho de 2020.

A Figura 7 demonstra que quanto maior a política de contenção, para achatar a curva epidemiológica, maior será a recessão. O sistema de saúde não tem capacidade de receber um grande número de pacientes infectados, bem como não dispõe de remédio ou de vacina para a COVID-19, restando, tão somente, o distanciamento social como principal alternativa na dissipação da doença.

Com a economia praticamente estagnada, e o consumo acontecendo somente em necessidades essenciais, o nível geral de preços passou a cair, desencadeando uma possibilidade real de aumento da deflação, o que é tão ruim quanto a famigerada inflação.

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos meses de janeiro a abril de 2020, apontam esse caminho. Nos meses de janeiro (0,21%) e fevereiro (0,25%) de 2020, período em que a epidemia já estava instalada em alguns países do mundo, a inflação já registrava índices baixos em comparação com o ano de 2019.

Foi, em meados de março, quando já anunciado pela Organização Mundial da Saúde – OMS o caráter de pandemia, que, no Brasil, a maioria das atividades econômicas e não econômicas paralisaram, e desde então a inflação passou a diminuir até atingir o patamar negativo, em março 0,07% e abril -0,31%. No acumulado do ano, em abril, registrou 0,22%.

Tabela 3 - Variação (%) mensal e anual do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, do ano de 2020.

Mês	IPCA	IPCA
	Variação mensal (%)	Variação acumulada no ano (%)
jan/20	0,21	0,21
fev/20	0,25	0,46
mar/20	0,07	0,53
abr/20	-0,31	0,22

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

Ao considerar a Região metropolitana de Porto Alegre – RS, a queda no índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA se acentua ainda mais, como observado nos dados abaixo.

Tabela 4 - Variação (%) mensal e anual do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, para Região Metropolitana de Porto Alegre no ano de 2020.

Mês	IPCA	IPCA
	Variação mensal (%)	Variação acumulada no ano (%)
jan/20	0,17	0,17
fev/20	0,16	0,33
mar/20	-0,32	0,01
abr/20	-0,05	-0,04

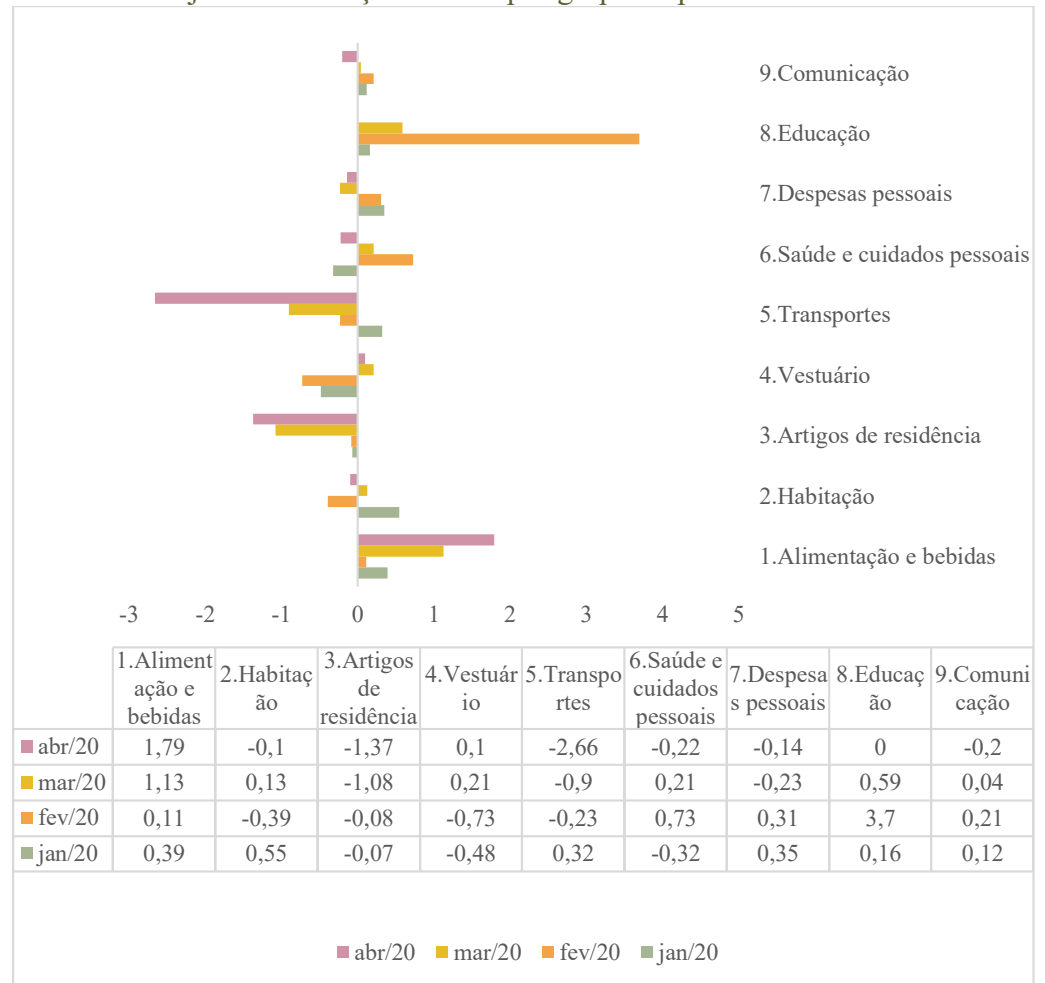
Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

Nos meses de março (-0,32) e abril (-0,05%) foi registrado índices negativos e no acumulado aponta-se deflação de -0,04%. Traçando um olhar mais criterioso, nos grupos de produtos que compõem o IPCA na variação mensal, percebe-se aumento nos preços do grupo de alimentação e bebidas (1,79%) no acumulou 3,45% de aumento. Isso se justifica em razão de que, em função da quarentena, houve uma corrida aos supermercados e, apesar de serviços essenciais permanecerem abertos, a população se obrigou a ficar em casa por causa do contágio, o que desencadeou, de forma abrupta, o aumento dos preços.

Como a mobilidade das pessoas foi suprimida, o grupo de transporte registrou a maior queda em abril -2,66%, e no acumulado -3,44%.

O grupo de educação também merece atenção, uma vez que apresentou uma alta significativa em fevereiro (3,7%) em função do início das aulas, mas devido a suspensão das atividades registrou queda acentuada de 0,59% e 0%, nos meses de março e abril.

Figura 8 - Evolução do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo nos meses de janeiro a março de 2020 por grupo de produtos no Brasil.



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

Quanto a região metropolitana de Porto Alegre – RS, evidencia-se aumento significativo no grupo de alimentação e bebidas (2,7%) em abril e no acumulado chega a 4,33%, seguindo o comportamento nacional.

No grupo de transporte registrou-se queda de -3,44% em abril e, no acumulado, -4,89%, correspondente a mesma razão nacional em que a mobilidade foi interrompida.

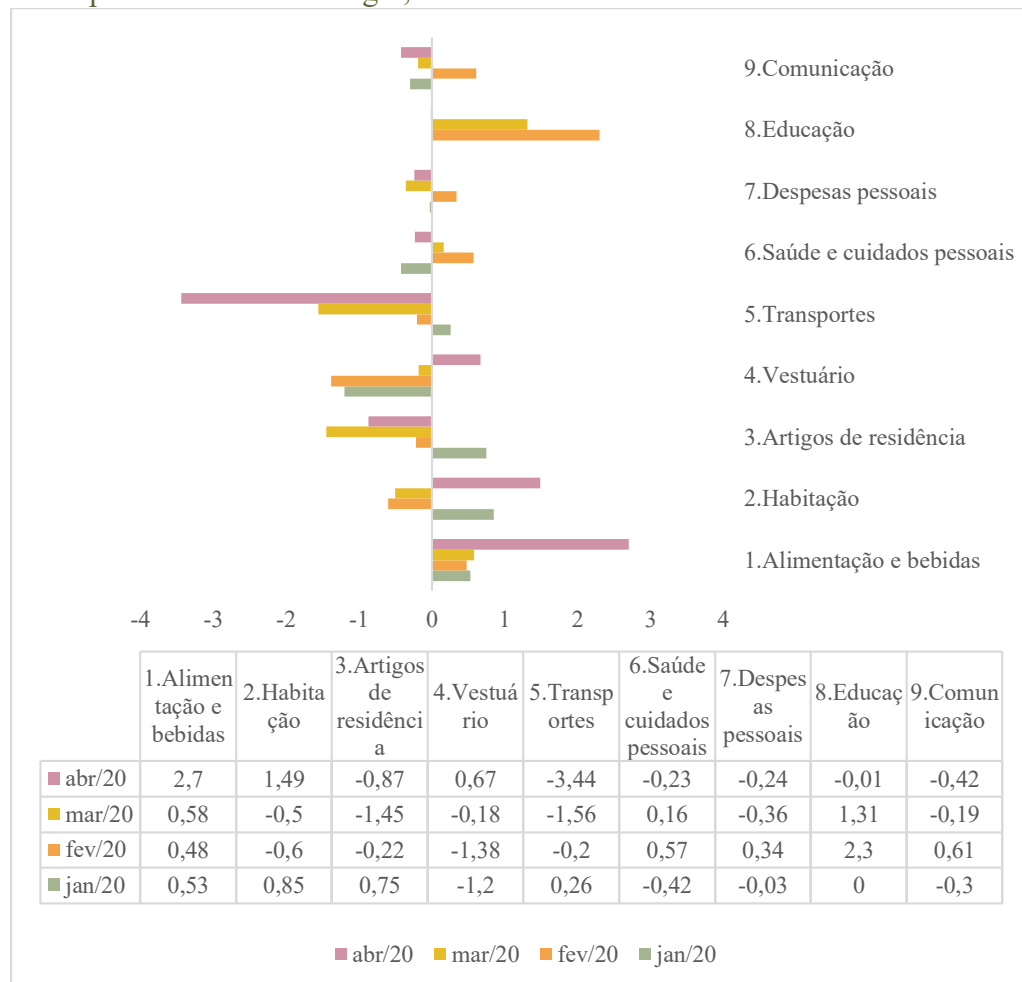
Chama a atenção nos dados o fato de que o grupo habitação teve aumento de inflação na região metropolitana de Porto Alegre, em abril, de 1,49%, enquanto, em termos nacionais, segue diminuindo e registrando, no mesmo período, -0,1%.

No dia 10 de junho de 2019, foi divulgado, pelo IBGE, o IPCA do mês de maio de -0,38%. No acumulado no ano o índice já chega a -0,19. Já na região metropolitana de Porto Alegre foi de -0,44% no mês de maio com acumulado de 0,48% ao ano.

Neste mês quase todos os grupos de produtos tiveram deflação ou inflação próximo de zero. O grupo de produto Alimentação e bebidas, que havia registrado aumento de inflação em março e abril, em maio apresentou o índice de 0,24% no Brasil e na região metropolitana de Porto Alegre 0,38%, resultando em queda na comparação aos meses anteriores. No grupo de Comunicação houve pequena elevação, no caso nacional de 0,24% e 0,12% em termos regionais.

Outro grupo que vem em destaque são os transportes, os quais continuam com inflação negativa de -1,9 % no índice nacional e de -1,6% no índice regional, registrando maior a queda que em meses anteriores.

Figura 9 - Evolução do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo nos meses de janeiro a março de 2020 por grupo de produtos na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS.

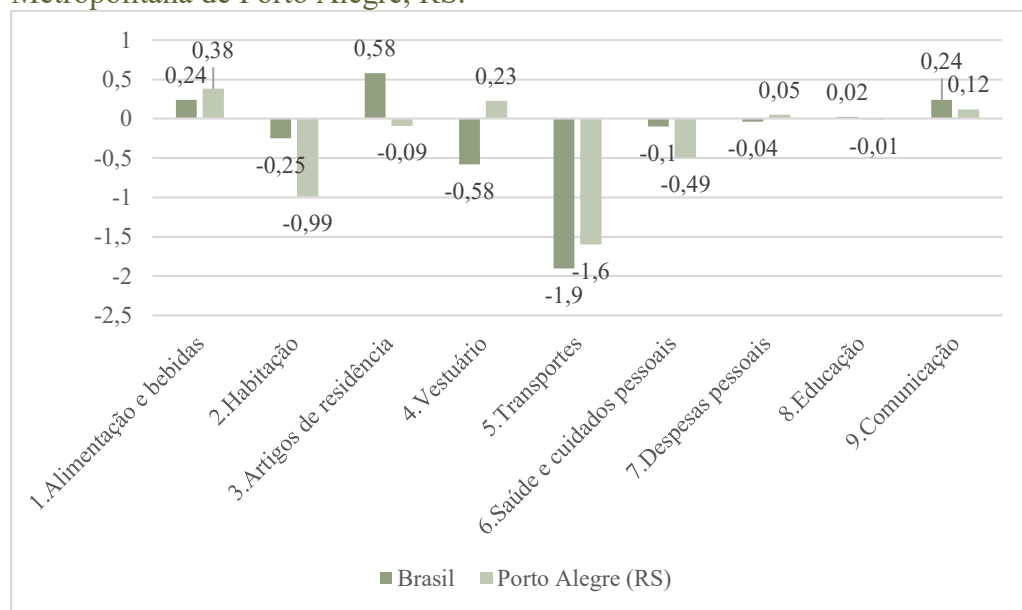


Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

Dois grupos que possuem comportamentos inversos em termos nacionais e regionais são artigos de residência 0,58% BR e -0,09% PoA-RS e Vestuário -0,58% BR e 0,23% PoA-RS.

Devido a pandemia, é de se pensar que os preços no grupo saúde registrassem aumento, porém o que acontece é exatamente o contrário, ou seja, registra-se diminuição, -0,1% BR e -0,49% PoA-RS. Fatores que se justificam pelo fato de as pessoas estarem se protegendo da COVID-19, com a adesão ao distanciamento social. Por outro lado, as outras doenças pré-existentes estão sendo postergadas, deixadas para retorno depois que a pandemia passe, o que, provavelmente, ocasionará efeito “rebote”.

Gráfico 3: Comparativo do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo no mês de maio de 2020 por grupo de produtos Nacional e Região Metropolitana de Porto Alegre, RS.



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

## SETOR EXTERNO

*Prof. Dr.  
Carlos Hernán Rodas  
Céspedes*

As contas do setor externo da economia brasileira no primeiro trimestre de 2020 foram afetados de forma parcial e particular pela pandemia. Enquanto que o valor acumulado das exportações sofreu, como era de se esperar, uma queda por causa da retração da demanda mundial, o valor acumulado das importações em fevereiro e março foi maior que os respectivos valores do ano anterior, apesar da contração da renda interna. Chama a atenção, no caso das importações, o dado não acumulado do mês de março, superior em 10% ao do respectivo mês do ano anterior (a informação antecipada de abril correspondente ao primeiro mês do segundo trimestre, reverte o ocorrido em março de forma significativa, apresentado uma pronunciada queda de -14,8%, como é de se esperar).

De forma específica, os valores das exportações acumuladas nos três primeiros meses do ano diminuíram em relação aos respectivos meses de 2019 em: -19,2%, janeiro; -10,4%, fevereiro; e, -4,1%, março, como inferido através da Tabela 5. No caso das importações, as variações dos acumulados mensais em relação ao ano anterior foram as seguintes: -1,3%, janeiro; +1,5%, fevereiro; e, +4,3%, em março.

No dia 29 de maio, o IBGE, através de sua Agência Notícias, corroborou os números do primeiro trimestre expostos no parágrafo anterior, desta vez evidenciando uma queda de -2,2% entre as exportações do primeiro trimestre de 2020 e as respectivas do último trimestre de 2019. Pelo lado das importações, foi evidenciado um aumento de 5,1% entre os respectivos trimestres.

Como veremos mais adiante, nem todos os parceiros comerciais do Brasil diminuíram as compras pelos produtos brasileiros. Em relação às importações, o seu aumento esteve relacionado com as compras de produtos industriais, especificamente, as encomendas de máquinas e equipamentos que as empresas locais fizeram com anterioridade ao cenário recessivo a economia passou a experimentar.

Em relação ao conteúdo das exportações, a produção de origem agropecuária destinada ao mercado externo apresentou no final de março uma recuperação de +0,51% em relação a março de 2019, depois de duas quedas de -17% e -14% nos acumulados de janeiro e fevereiro.

Tabela 5 - Balança Comercial. Valores Acumulados. Brasil, 2020-2019, Bilhões de US\$, FOB

Mês	Exportações		Importações		Saldo Bal. Com.	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Janeiro	14,54	18,00	16,18	16,39	-1,64	1,61
Jan/Fev	30,24	33,74	29,43	29,01	0,81	4,73
Jan/Mar	49,05	51,17	43,95	42,14	5,10	9,03
Jan/Abr	67,36	70,45	55,56	55,77	11,80	14,68
Jan/Mai		91,04		70,74		20,30
Jan/Jun		109,45		83,77		25,68
Jan/Jul		129,60		101,53		28,07
Jan/Ago		149,27		117,10		32,17
Jan/Set		169,57		133,59		35,97
Jan/Out		189,14		150,61		38,52
Jan/Nov		206,88		164,79		42,09
Jan/Dez		225,38		177,35		48,04

Fonte: Ministério de Economia, setor de Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Quanto às exportações de produtos originados na indústria de transformação, o panorama foi adverso. O valor acumulado até o mês de março de 2020 é de queda de -9,3% em relação ao respectivo valor de março de 2019. E, o resultado antecipado até abril é ainda pior, -13%.

Já os valores mensais acumulados das exportações de produtos da indústria extrativa registraram recuperação nos meses de fevereiro e março, +6,3% e +6,7%, em relação aos respectivos meses do ano anterior.

O que ocorreu com a exportação de produtos originados na indústria de transformação é preocupante, dado que a proporção das exportações deste setor em relação ao total exportado é de 57%. Já exportação da produção agropecuária representa ao redor de 19%.

Em relação à origem das importações, conforme à nova classificação internacional adotada, ISIC, os valores acumulados mensalmente das compras de produtos originados na indústria de transformação aumentaram: +1,77%, janeiro; +3,65%, fevereiro; e +7,27%, março, em relação ao ano anterior. Já os valores acumulados até o mês de março das compras de origem agropecuária e da indústria extrativa foram inferiores às compras do ano anterior: -4,51% e -30,45%, respectivamente. Há de se notar que ao redor de 90% das importações corresponderam a produtos da indústria de transformação.

Embora o valor total das exportações mostre uma tendência à baixa, quando investigados por países, os dados do acumulado até abril em relação ao ano anterior mostraram que as vendas dirigidas à China tiveram um aumento de +10,93%, o mesmo ocorrendo com as vendas dirigidas à Coreia do Sul, +47,5%, e à Cingapura, 147,78%, apesar desses países terem menor peso relativo no comércio com o Brasil. Contrariamente, os valores exportados para Estados Unidos e Argentina, apresentaram significativa queda, -24,14% e -18,80%, respectivamente.

Sobre a importação por origem, há de se destacar a diminuição das compras provenientes de China, no acumulado até o mês de abril o seu valor caiu em 7,34% em relação ao respectivo valor do ano anterior. Por outro lado, as compras de produtos estadunidenses apresentaram um aumento de 11,87%.

Embora o comportamento declinante das exportações e ascendente das importações, o saldo na balança comercial de abril foi positivo, US\$ 6,701 bilhões, e é considerado o melhor resultado do mês desde 2017. Mas, em termos do valor acumulado do saldo comercial até abril, ele diminuiu -19,6% em relação ao respectivo valor do ano anterior.

Apesar do resultado positivo na balança comercial, o Banco Central noticiou que o saldo em transações correntes do primeiro trimestre de 2020 foi negativo, US\$ -15,72 bilhões, por causa da remessa de lucros, juros, dividendos e do resultado na conta de serviços; ou seja, um saldo pior que o do primeiro trimestre de 2019 que ficou em US\$ -15,03 bilhões. Mas, devido ao resultado positivo do investimento externo direto na conta de capital, US\$+ 17.80 bilhões, o saldo deficitário em conta corrente aparece menos preocupante.

Em relação às reservas internacionais do Banco Central, o seu comportamento parece declinar. Em 2018 o estoque das reservas internacionais era de US\$ 374,71 bilhões; em 2019 ele diminuiu para US\$ 356,88 bilhões; no mês de abril de 2020 ficou em US\$ 339,31 bilhões; e, até o dia 22 de maio o nível de reservas ficou em US\$ 343,98 bilhões. Apesar da sensível queda, a situação é ainda confortável uma vez que pode financiar as necessidades de importações por seis meses.



Em reportagem para o jornal Folha de São Paulo, o presidente do Banco Central, Roberto Campos, manifestava preocupação em relação à conta de capitais ao se referir à saída de US\$ 21,3 bilhões só no mês de março. O registro no Balanço de Pagamentos a esse respeito indica que, por conta de títulos de dívida negociados no mercado doméstico e de operações no mercado de ações, a saída de capitais no primeiro trimestre alcançou a cifra de -US\$ 21,6 bilhões. De forma sintomática com esse quadro, a participação dos não residentes na dívida pública interna na última semana de maio alcançou a proporção de 9,36%, a menor nos últimos dez anos, segundo Folha de São Paulo.

É provável que a desvalorização sofrida pelo real em, ao redor, 30% desde o início do ano, esteja relacionada com a fuga de capitais mencionado no parágrafo anterior. Segundo o presidente do Banco Central, a moeda brasileira foi a mais desvalorizada entre as moedas das economias emergentes desde o início do ano. O dólar comercial que ficou cotado no final de janeiro em R\$ 4,26, no mês de fevereiro chegou a R\$ 4,49, no mês de março alcançou a marca de R\$ 5,19, em abril registrou o valor de R\$ 5,42, e, no final do mês de maio, terminou cotado em R\$ 5,42, depois de ter alcançado no dia 13 de maio a marca de R\$ 5,93.

Segundo o relatório Focus do Banco Central, a previsão do câmbio efetuada no dia 29 de maio é de R\$ 5,40 para 2020, R\$ 5,08 em 2021, e R\$ 4,80 em 2022. Previsões para a taxa de câmbio efetuadas pelo Banco Santander apontam para R\$ 5,80, em 2020; R\$ 5,50 em 2021; e, R\$ 5,30, em 2022. A incerteza em relação ao comportamento do câmbio pode diminuir na medida em que ocorram a reabertura e recuperação segura das atividades econômicas nas principais economias (caso da Alemanha e da China recentemente) e, simultaneamente, as curvas da pandemia se estabilizem de forma generalizada. Mas, mesmo que estes acontecimentos esperados ocorram, ainda não sabemos identificar nem medir o tamanho do dano sobre o emprego e a produção. No país existe ainda um elemento extra que pode provocar sobressaltos mais agudos no mercado cambial que está relacionado com o cenário político do Estados e de suas instituições.

Tabela 6 - Balança Comercial de Sant'Ana do Livramento, 2020-2019 - US\$, FOB

Acumulado	Exportações		Importações		Saldo Balança Com.	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Janeiro	2.381.366	3.111.591	70.892	70.300	2.310.474	3.041.291
Fevereiro	4.565.943	5.070.267	95.042	166.713	4.470.901	4.903.554
Março	5.810.513	6.957.860	119.192	306.159	5.691.321	6.651.701
Abril	6.037.285	8.546.569	128.321	390.818	5.908.964	8.155.751
Maio		10.120.289		512.196		9.608.093
Junho		10.875.371		602.616		10.272.755
Julho		11.726.027		650.916		11.075.111
Agosto		12.235.617		697.478		11.538.139
Setembro		12.777.196		705.542		12.071.654
Outubro		14.366.532		776.468		13.590.064
Novembro		17.031.459		802.718		16.228.741
Dezembro		19.940.124		902.223		19.037.901

Fonte: Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Em relação ao município de Santana do Livramento, os dados da Tabela 6 mostram o resultado negativo do comércio exterior do município. Embora os resultados acumulados das exportações tenham aumentado desde janeiro de 2020, quando comparados com os de 2019, os dados registraram uma

diminuição ao longo dos quatro meses disponíveis. Em abril de 2020, o valor das exportações acumuladas foi 29,4% menor que o respectivo valor de abril de 2019.

A retração das importações é ainda maior que o ocorrido com as exportações, desde o mês de fevereiro o valor acumulado mensal é fortemente inferior que o resultado acumulado mensal de 2019. No mês de março o valor importado de 2020 foi 61,1% menor que o respectivo valor de março de 2019, e, no mês de abril ficou ainda pior, 67,2% menor.

Como a queda nas exportações foi inferior à queda nas importações e os valores exportados são fortemente superiores às importações, o saldo comercial externo do município em 2020 resultou superavitário, como mostram os dados da Tabela 2, mas esses saldos positivos foram inferiores em relação aos saldos superavitários registrados em 2019.

## ATIVIDADE ECONÔMICA: DESEMPENHO DO PIB

---

*Profa. Dra.  
Patricia Eveline dos  
Santos Roncato*

---

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil são apresentados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT) onde consta informações sobre a geração, distribuição e uso da renda no País, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando nessa edição dados do **primeiro trimestre de 2020**. Nessa edição adicionou-se informações da primeira edição do “Boletim de Acompanhamento Setorial da Atividade Econômica” produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que passa a acompanhar, mensalmente, o desempenho dos principais segmentos de serviços, comércio e indústria, sob a ótica da crise provocada pela pandemia da COVID-19.

Já se pode afirmar que mesmo diante de muitas incertezas, o COVID-19 desencadeou uma das recessões mais profundas da história da humanidade. Embora a magnitude dos distúrbios varie de uma região para outra, todas as economias emergentes e em desenvolvimento apresentam vulnerabilidades que são intensificadas por esse problema tão grave de saúde pública. A pandemia vem afetando além da saúde, a economia a nível mundial, e apresenta resultados trágicos em diferentes situações, tanto de números de mortes, contaminados, como também de degradação de postos de trabalhos, falência de empresas, aumento das desigualdades sociais e da pobreza extrema, entre várias outras consequências.

Em termos de conjuntura, os resultados da pandemia já se apresentam em diferentes indicadores, como no PIB do Brasil que apresentou uma variação negativa de -1,5% no primeiro trimestre de 2020, comparando com o quarto trimestre de 2019. Salienta-se que os dados apresentam apenas o início da pandemia, e assim resultados bem mais preocupantes deverão ser apresentados no segundo trimestre.

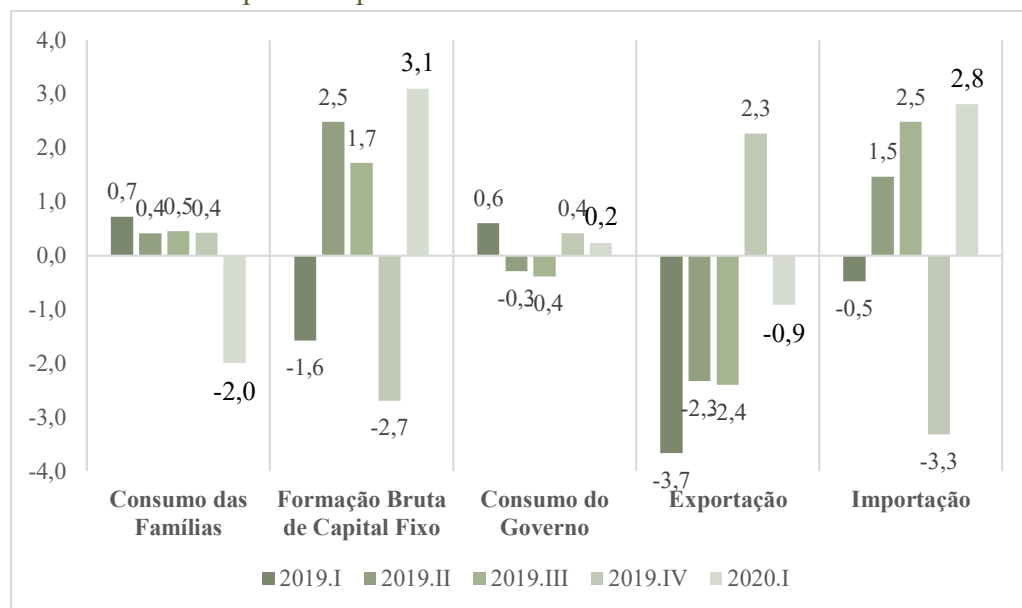
A perspectiva segundo o Boletim Focus do Banco Central do Brasil (5/junho/2020) é de uma previsão de queda de -6,48% do PIB para o ano de 2020 e de uma retomada do crescimento de cerca de 3,5% para 2021. Segundo previsões do Banco Mundial essa queda do PIB no Brasil pode chegar a 8% em 2020 e retomada de 2,2% para 2021, e a nível mundial a contração seria de cerca de 5,2%, neste ano. Isso representaria a recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial, com a maior proporção de economias desde 1870 a experimentar declínio do produto per capita.

A Figura 10 demonstra a taxa do trimestre contra o trimestre imediatamente anterior do PIB brasileiro, do primeiro trimestre do ano de 2019 até o primeiro trimestre de 2020, por componentes da Demanda.

O resultado do PIB para a economia brasileira sofre as consequências da chegada da epidemia no Brasil e da necessidade de distanciamento social como estratégia fundamental para evitar contaminações recomendada pela Organização Mundial da Saúde. O consumo das famílias apresentou uma forte queda de 2,0%, desmontando a sequência de crescimento nos últimos quatro trimestres, e representando ainda cerca de 64,4% do PIB total. Essa diminuição do consumo pode ser explicada pela crise de saúde pública que leva ao fechamento de várias atividades econômicas, aumento do desemprego e instabilidade da renda e conseqüentemente redução do consumo em geral.

Já, a formação bruta de capital fixo, que representa os investimentos, teve em termos percentuais uma recuperação importante no primeiro trimestre de 3,1%, mas que está atrelado a novas plataformas de petróleo que somente nesse período passaram a fazer parte da conta. Entretanto, o Boletim do IPEA (2020) apresenta resultados referente a formação bruta de capital fixo para o mês de abril com um registro de queda de 27,5% em relação ao mês de março. Se comparado ao mês de abril do ano passado esse recuo chega a 32,8%.

Figura 10 - Taxa do Trimestre contra o Trimestre imediatamente anterior (%) do PIB Brasileiro por Componentes da Demanda



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT (IBGE)

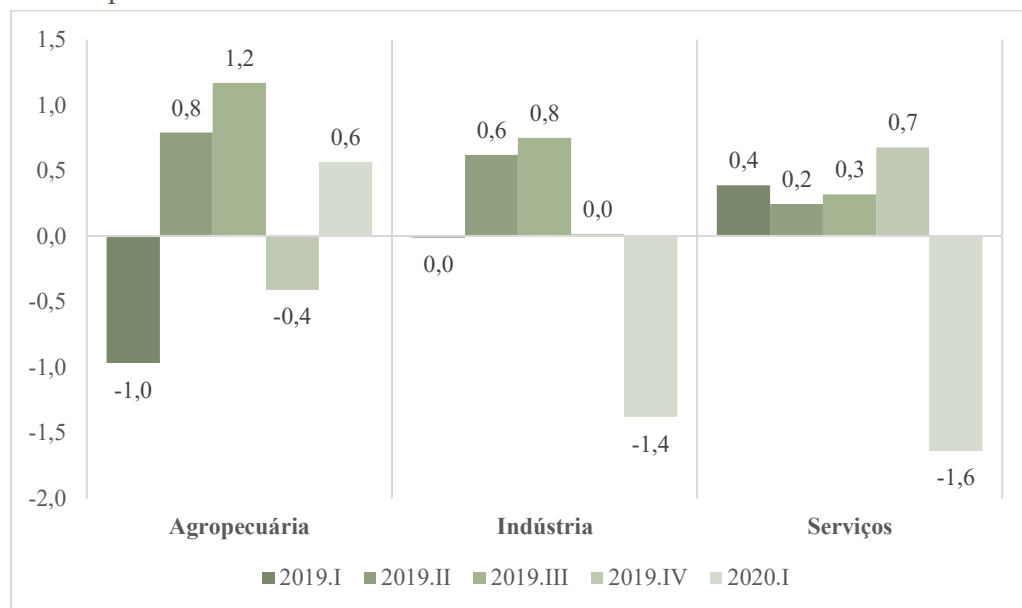
Os gastos do governo aumentaram em 0,2%, mas ainda não refletem a atuação do governo de forma intervencionista com diferentes políticas públicas necessárias nesse momento de crise. Mesmo que o impacto na questão fiscal seja expressivo, tanto pelo aumento dos gastos como pela diminuição da arrecadação, fica evidente a necessidade de o governo intervir e atuar principalmente nas questões da pobreza extrema.

Em relação as exportações no primeiro trimestre de 2020 obteve uma redução de -0,9% e as importações foram em direção contrária, tendo um aumento de 2,8% nesse período. Dentre as exportações de bens, aqueles setores que contribuíram mais para o resultado negativo foram: máquinas e equipamentos, extração de minerais metálicos e veículos automotores. Já em relação as importações de bens, a alta se deu pelas máquinas e equipamentos; metalurgia e aparelhos elétricos.

A atividade econômica quando observada pela ótica da produção por setores, destaca-se pelos resultados da agropecuária de 0,6% e queda da indústria e dos serviços. Na Figura 11 apresenta-se a taxa do trimestre contra o trimestre imediatamente anterior do PIB brasileiro, por setores.

A indústria, no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao quarto trimestre de 2019, recuou -1,4%, demonstrando já algumas consequências da pandemia. Os setores responsáveis pela queda, foram a indústria extrativista que diminuiu sua produção em -3,2% e da construção civil com -2,4%. Já, a indústria transformação teve uma queda de -1,4% e da Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, uma queda de -0,1%.

Figura 11 - Taxa do Trimestre contra o Trimestre imediatamente anterior (%) do PIB por setores



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT (IBGE)

O Boletim do IPEA (2020) destaca que, a indústria após registrar um bom desempenho nos primeiros dois meses do ano, o cenário se modifica a partir de março, com os efeitos da crise se intensificando em abril. Em relação ao setor industrial, a grande maioria dos segmentos encerrou o primeiro trimestre já com um recuo na comparação dessazonalizada. Entre os piores desempenhos, destacou-se a produção de veículos e artigos para vestuário. Já a produção de alimentos, papel e celulose e derivados de petróleo foi menos afetada.

O setor de serviços também apresentou resultado negativo de -1,6% em comparação com o quarto trimestre de 2020. O resultado negativo vem de Outras Atividades de Serviços de -4,6%, Transporte, armazenagem e correio de -2,4%, Informação e comunicação de -1,9%, Comércio de -0,8%, Administração, saúde e educação pública de -0,5%, Intermediação financeira e seguros de -0,1%. Apenas as Atividades imobiliárias tiveram variação positiva de 0,4%.

Complementando com informações do Boletim do IPEA (2020), os dados revelam que, em março, com o início das ações de distanciamento social objetivando o controle da propagação da Covid-19, o setor de serviços apontou um recuo de 6,9% na comparação com fevereiro, repercutindo a queda dos cinco grandes segmentos que o compõem: serviços prestados às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços técnico-profissionais; serviços de transportes, auxiliares e correio; e outros serviços. Com as informações disponíveis até o momento, estima-se uma forte deterioração do cenário em abril, com o volume de serviços recuando acima de 20%.

Já o setor agropecuário demonstrou um crescimento importante de 0,6 % no primeiro trimestre de 2020 contra o trimestre imediatamente anterior, que pode ser explicado pelo aumento da produção de diversos produtos, principalmente da colheita da soja. A agropecuária registrou crescimento de 1,9% em relação a igual período do ano anterior.

A análise dos efeitos da pandemia sobre o agronegócio é complexa, e são sentidos de forma diferenciada a depender do setor do agronegócio brasileiro. Primeiro, os setores que atuam com contratos de longo prazo, como soja e

derivados, e aqueles que vislumbram aumento de consumo com o confinamento, como arroz e feijão, proteínas tendem a ter impacto menor e passar bem pelo período de crise, apesar do possível aumento dos custos de produção devido ao preço do dólar. Segundo, outras pesquisas apontam sinalização de impactos negativos no comércio exterior dos produtos do agronegócio, redução de mercado, com queda do consumo decorrente da retração mundial, problemas de planejamento e logística para o plantio da próxima safra. Salienta-se que, existem vários outros produtos como do setor de flores e plantas ornamentais, setores que atuam com produtos perecíveis, como frutas e hortaliças, esses de maneira geral são sensíveis ao atual momento e estão sofrendo prejuízos com a pandemia.

Entretanto, em termos de estimativa em abril de 2020 a produção de grãos no país será de 2,3% superior à obtida em 2019, segunda as informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) divulgadas pelo IBGE. A estimativa de outubro de 2019 para a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas totalizou 247,0 milhões de toneladas, superior à obtida em 2019 de 241,5 milhões de toneladas.

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo, que, somados, representaram 92,6% da estimativa da produção e respondem por 87,4% da área a ser colhida. Em relação ao ano anterior, houve acréscimos de 2,4% na área do milho e de 2,5% na área da soja, e declínio de 1,9% na área de arroz. No que se refere à produção, ocorreram acréscimos de 6,7% para a soja e de 3,5% para o arroz, e decréscimos de 3,4% para o milho. Para a soja, estima-se uma produção de 121,0 milhões de toneladas. Para o milho, uma produção de 97,1 milhões de toneladas. O arroz, uma produção de 10,6 milhões de toneladas e, para o algodão, uma produção de 6,8 milhões de toneladas.

Na Tabela 7 observa-se a produção de 2019, estimativa para 2020 e variação percentual para o Brasil e Grandes Regiões, com previsão de crescimento de 2,3% da produção para a região Centro-Oeste.

Tabela 7 - Produção (2019), estimativa (2020) e variação anual para o Brasil e Grandes Regiões

Grande Região	Produção 2019 (t)	Produção 2020 (t)	Varição (%)
<b>Brasil</b>	<b>241.462.754</b>	<b>247.009.774</b>	<b>2,3</b>
Centro-Oeste	111.517.113	115.223.701	3,3
Sul	77.217.933	76.141.279	-1,4
Sudeste	23.732.122	24.079.897	1,5
Nordeste	19.188.190	21.072.890	9,8
Norte	9.807.396	10.492.007	7,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação da Agropecuária, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Abril de 2020.

## MERCADO DE TRABALHO

---

**Prof. Dra.**  
**Tanise Brandão**  
**Bussmann**

---

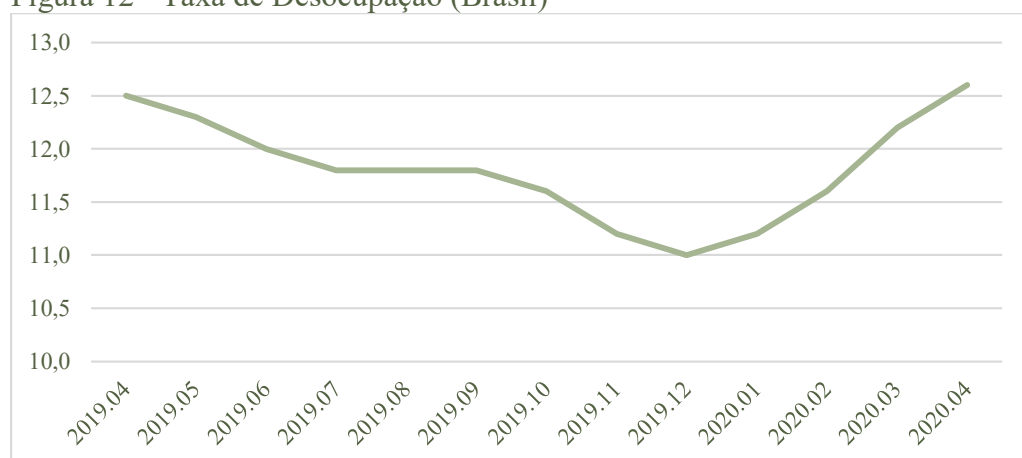
A análise do Mercado de trabalho foi realizada utilizando os dados do CAGED, disponibilizados pelo Ministério da Economia e diz respeito apenas ao fluxo de trabalhadores ao longo do tempo, e também com os dados da PNAD Contínua, disponibilizados pelo IBGE.

A taxa de desocupação é medida pela parcela da população que está buscando trabalho sem conseguir uma efetiva ocupação. É importante levar em conta que a medida para o mês, pela fórmula de cálculo, leva em conta também os dois meses anteriores, ou seja, diz respeito ao trimestre móvel. A série é apresentada para o período de 1 ano. Observa-se que desde março de 2019 havia uma tendência decrescente, em que em dezembro de 2019 foi atingido o valor mínimo, de 11%. A partir de dezembro, houve um aumento da taxa de desocupação, o que já é usual tendo em vista o movimento cíclico da economia em função dos gastos de fim de ano (em 2017 e 2018, o aumento foi inclusive maior, de 0,6 pontos percentuais entre 2016-2017 e de 0,4 pontos percentuais entre 2017-2018).

A partir de janeiro passa a haver um aumento da taxa de desocupação que atinge 12,6% em abril de 2020. Lembra-se que tal série ainda é afetada pelo fato da PNAD contínua ser obtida pela média dos 3 meses anterior, ou seja, fevereiro, março e abril. Entende-se que este resultado é afetado de forma significativa pela pandemia de COVID-19.

Em relação são os efeitos da crise no mercado de trabalho para além da taxa de desemprego, observa-se que as regras do seguro desemprego seguem em vigentes, houve a criação, em abril, de um auxílio emergencial de 3 meses para trabalhadores sem vínculo formal, mediante o cumprimento de alguns requisitos expressos na lei 13.982 de 2020. Ainda, há a medida provisória 936, de 1º de abril de 2020, que permite a redução de salários com redução proporcional de carga horária dos empregados em regime celetista. Para os trabalhadores que recebem o salário mínimo, o salário será mantido mesmo com redução de carga horária, com uma parcela de financiamento da União. Para salários maiores de um salário mínimo, há a possibilidade de perda salarial<sup>1</sup>.

Figura 12 - Taxa de Desocupação (Brasil)



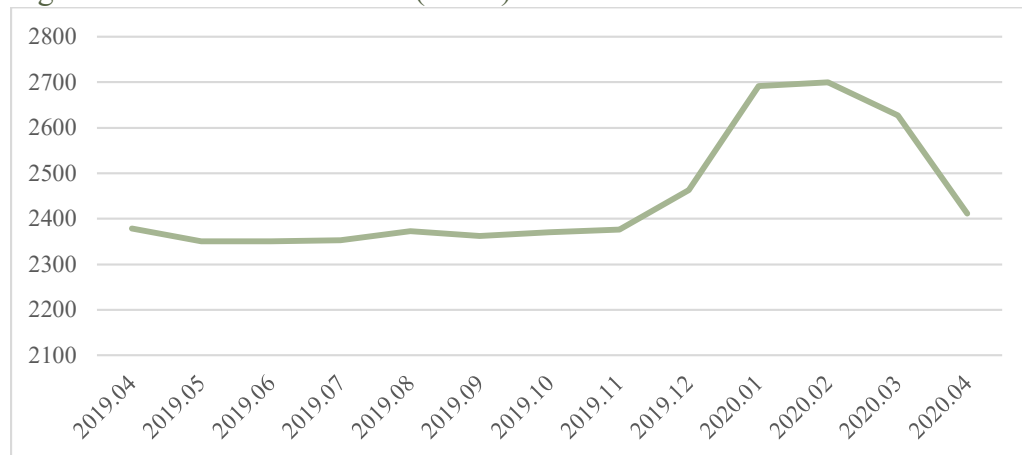
Fonte: IBGE

---

<sup>1</sup> Para verificar a magnitude das perdas, consultar: <https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/apresentacaoCalculadoraMP936.html>

Em relação ao rendimento real médio, de todos os trabalhos, observa-se que, a trajetória apresentava certa estabilidade entre os R\$2300 e R\$2400, chegando, em fevereiro, ao valor mais elevado da série, de 2700 reais. Observa-se uma redução abrupta entre fevereiro e abril, em que os valores focaram em R\$2411.

Figura 13 - Rendimento médio (Brasil)

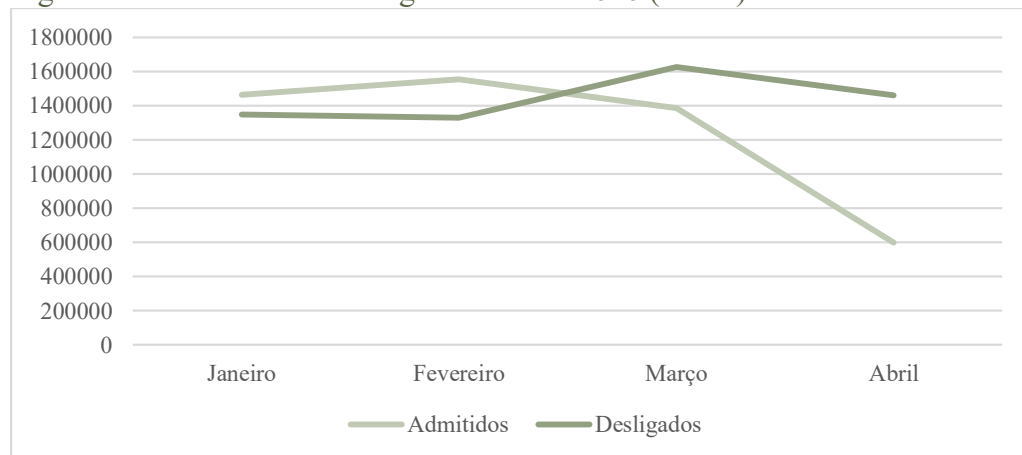


Fonte: IBGE

Sobre a admissão e desligamentos, observa-se que houve uma mudança metodológica na série utilizada. Por conta disso, são apresentados apenas os dados de 2020, que foram coletados pelo e-social ou Novo Caged<sup>2</sup>.

De janeiro a abril de 2020 observa-se que houve uma mudança na declividade da curva, fazendo com que o número de desligados ultrapassasse os admitidos em março de 2020. Além disso, a partir de abril, esse hiato fica na ordem de 860 mil postos de trabalho. Para o Brasil, nota-se que o setor que mais desempregou foi o de “Serviços”, a partir da divisão por Grande Grupamento de Atividade Econômica. O setor CNAE com maior saldo negativo foi o de Comércio, Reparação de Veículos Automóveis e Motocicletas com um saldo negativo em 230 mil postos, seguido das Indústrias de transformação (191,8 mil postos de trabalho).

Figura 14 - Admissões e Desligamentos em 2020 (Brasil)



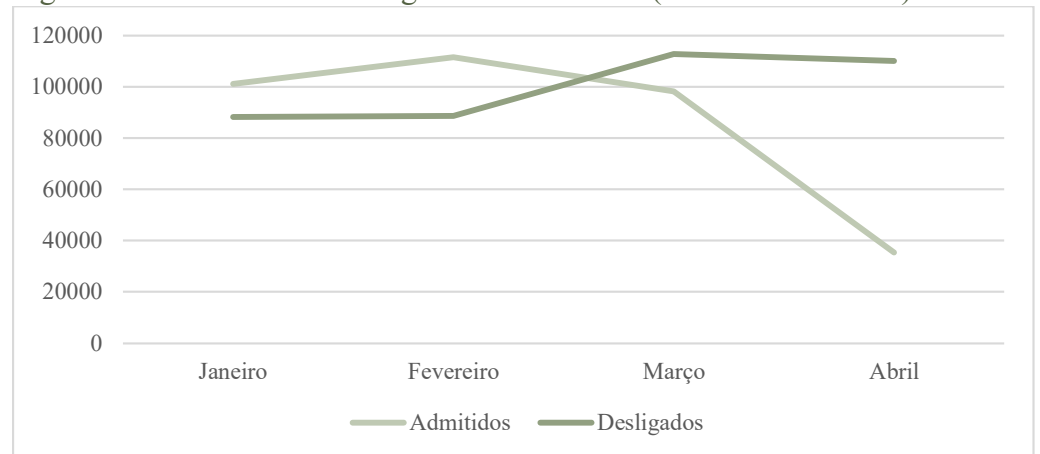
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do E-Social/Novo CAGED.

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a coleta das informações de emprego no e-social, ver: [http://pdet.mte.gov.br/images/Novo\\_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED\\_26\\_05.pdf](http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf)



No caso do Rio Grande do Sul, nota-se o mesmo formato que o Brasil, em que o número de postos de trabalhos foi de um déficit de 74,7 mil no mês de abril. O Grande Grupamento que mais oscilou o número de postos de trabalho foi a indústria. Há uma inversão entre os setores com menor saldo de empregos, ficando a Indústria de Transformação em 1º lugar, com um saldo de -25 mil postos de trabalho, seguido do Comércio, Reparação de Veículos Automóveis e Motocicletas, com um saldo de -19,7 mil.

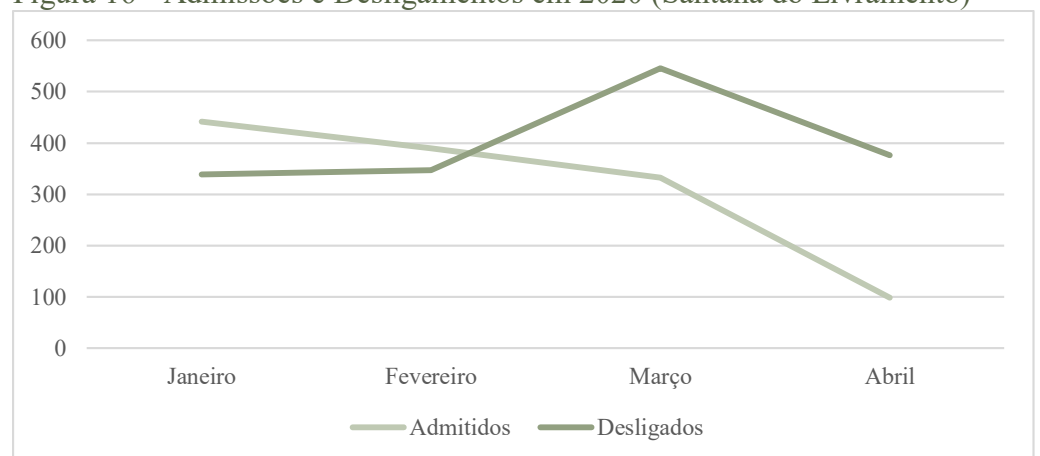
Figura 15 - Admissões e Desligamentos em 2020 (Rio Grande do Sul)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do E-Social/Novo CAGED.

Para o município de Santana do Livramento, é possível também o mesmo comportamento observado no Brasil. O saldo de postos de trabalho ficou em 258. O Grande Grupamento com mais demissões foi o Comércio, e as seções CNAE foram: Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Bicicletas (com a perda de 142 postos de trabalho) e Alojamento e Alimentação com a redução de 61 postos de trabalho.

Figura 16 - Admissões e Desligamentos em 2020 (Santana do Livramento)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do E-Social/Novo CAGED.

O Mercado de trabalho nacional, até julho apresenta uma melhora no número de vínculos de trabalho. O Rio Grande do Sul apresenta uma trajetória semelhante ao Brasil, no entanto, ainda apresentando um número maior de desligamentos. Para Santana do Livramento, no período recente observa-se que a oscilação é bastante elevada, com mudanças frequentes no saldo de movimentação.

## Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Focus do Banco Central do Brasil** (23/agosto/2019). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/>>. Acesso em agosto/2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores consolidados**. 2019. Visitado em 30 de agosto de 2019. In: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados> Visitado em 30 de agosto de 2019
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>>. Acesso em junho/2020.
- BCB [Banco Central do Brasil]. **Boletim Focus do Banco Central do Brasil** (05/junho/2020). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/>>. Acesso em junho/2020.
- BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- FOCUS. **Sistema Expectativas de Mercado**. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- GIAMBIAGI, Fábio. **OPINIÃO: A recuperação do investimento e a TLP | Brazil Journal**. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://braziljournal.com/opiniao-a-recuperacao-do-investimento-e-a-tlp>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. **Contas Nacionais Trimestrais - 1º trimestre de 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=destaques>>. Acesso em junho/2020.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistemico-da-producao-agricola.html?=&t=downloads>>. Acesso em junho/2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)>. Acesso em 23 nov. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais - 2º trimestre de 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=destaques>>. Acesso em agosto/2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries histórias e estatísticas, 2019**. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE. **Relatório de Acompanhamento Fiscal**. Brasília: Senado Federal, n.39, abril-2020.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] Carta de Conjuntura | 47 | 2º trimestre de 2020. Disponível em : <  
[https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/05/200526\\_beltim\\_final\\_III.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/05/200526_beltim_final_III.pdf)> Acesso em junho/2020.

IPEA. **Carta de Conjuntura**. Visitado em 30 de agosto,2019.

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190809\\_cc\\_44\\_setor\\_externo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190809_cc_44_setor_externo.pdf)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INDUSTRIA, COMERCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Estatísticas do Comercio Exterior**. Visitado em 30 de agosto de 2019. In: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>

TESOURO NACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

---

## **Unipampa – Campus Santana do Livramento**

Rua Barão do Triunfo, 1049, Centro

97.573-634, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.